#45 SÉRIE II DEZEMBRO 2021

anti—capitalista

Lutas no sapatinho

Encomenda em preparação... 10 min... 5 min... Entregue

P 3

Socialismo ou liberdade? A nova cruzada da direita contra o debate das ideias.

PP 4—5

Amazon, poder sindical e a #Striketober

P 6

Persistir na abertura de caminhos

Quantos e quantas de nós terão coincidido no mesmo gesto, talvez até nas mesmas palavras e canções? E terão revisitado a voz ressoante de José Mário Branco, por ocasião do segundo aniversário do seu desaparecimento?

Foi José Mário Branco que denunciou a ineficácia de uma muito propalada virtude "moderada" na defesa dos/as mais fracos/as, que necessitam antes de mais da radicalidade de uma visão de classe, que não desista do que importa e que não vire a cara às lutas. Testemunho que traduz o que, na canção "Do que um homem é capaz", se formulava como a usurpação das utopias para consumo individual, ao sabor do egoísmo das danças entre a oportunidade e o mérito.

José Mário Branco não viveu para assistir ao anúncio apoteótico da "fábrica de unicórnios" em Lisboa, quase caricatura da ação da novilíngua ultraliberal na maquilhagem dos cenários de subjugação ao mercado. Uma sociedade contaminada pela ocultação da precariedade, travestida pela manipulação da palavra "liberdade" ou "criatividade" como valores vertidos para os regimes concorrenciais da meritocracia. A virtude mascarada da conquista solitária, cantada pelo Zé Mário, materializa-se despudoradamente nas festas privadas do neoliberalismo.

Por outro lado, a aprovação da lei que determina o dever de desconexão, proibindo o patronato de dispor do tempo e da disponibilidade de quem trabalha, invadiu o espaço mediático nacional e internacional. Constando da agenda negocial do Bloco desde 2017, a lei finalmente aprovada tornou-se instantaneamente bandeira de partidos que sempre a impediram, entre os quais o PS.

Esta súbita adesão à lei aprovada denuncia uma estratégia evidente, que nos esclarece em pelo menos duas vertentes.

Uma vez aprovadas, essas iniciativas, outrora classificadas como "inoportunas" ou como "radicais", passam a ser vitórias reclamadas como bandeiras e conquistas. É a manipulação oportunista e eleitoralista que, à esquerda, serve para piscar o olho a setores do trabalho que constituem fatias importantes de eleitorado a seduzir.

Por outro lado, é inegável que vitórias como as do dever de desconexão dão relevo e evidência a uma via de negociação que, por mais do que uma vez, se revelou consequente na luta contra os desmandos do capital. Colocando alguma ordem na selva do teletrabalho, a conquista alcançada é exemplificativa de um caminho de persistência numa via negocial que não desiste dos/as trabalhadoras/es. Os votos à esquerda e o reforço da confiança no Bloco são força acrescida para as lutas que faltam, que não são poucas nem fáceis, e em que é importante uma força que não se furte de responsabilidades nem se esqueça de quem representa. A nossa radicalidade está na consequência de fazer valer o que afirmamos, potenciando na máxima expressão a força que nos derem e conjugando a firmeza e o diálogo com a exigência que a história nos requer.

Persistir na abertura de caminhos é, também com José Mário Branco, mobilizar sonhos e princípios direcionados para o alcance das vitórias palpáveis e concretas.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Persistir na abertura de Caminhos

3 Precariedade
Encomenda em preparação...
10 min... 5 min... Entregue

5 Debate
Socialismo ou liberdade? A nova cruzada da direita contra o debate das ideias.

6 Internacional
Amazon, poder sindical e a *#Striketober*

7 Bívora
Selminho Gate

8 Leituras/Escutas/Em cena
Amores de Leste
O Orientalismo

9 Conto de Natal
Pedro Figueiredo

Dossiê | Precári@s do Natal
Adriano Campos
José Soeiro
José Miguel Ricardo
Mafalda Araújo

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

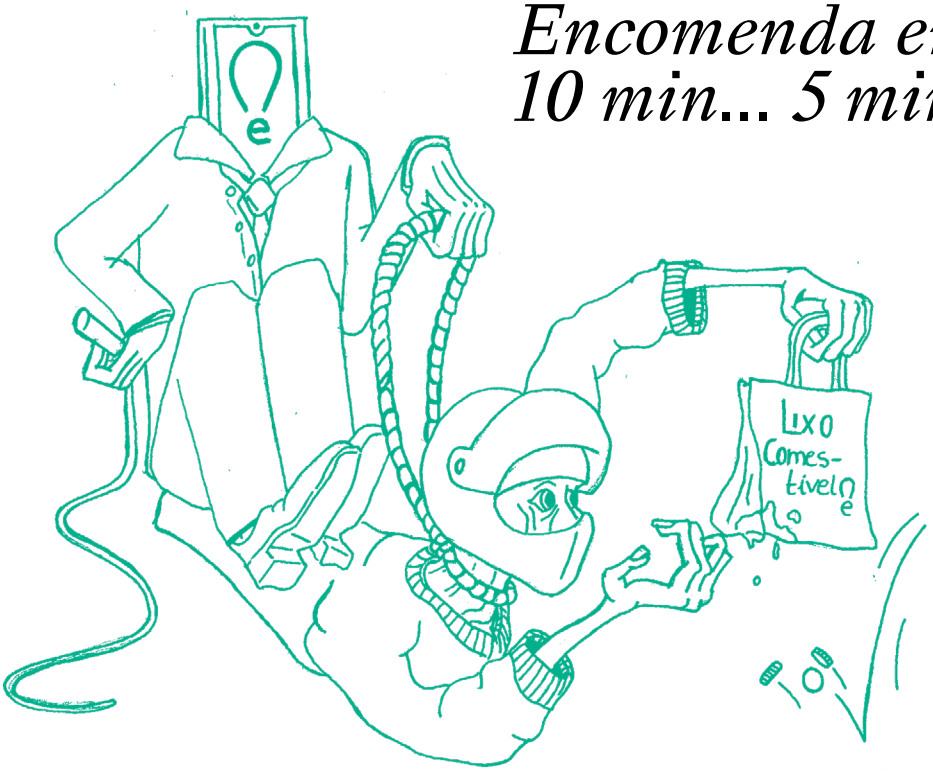
Capa dossiê
João Alves

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Alda Sousa
Andrea Peniche
Bernardo Matta
Filho Bastardo
Gonçalo Pessa
Hugo Monteiro
João Alves
José Miguel Ricardo
José Soeiro
José Torres
Mafalda Araújo
Patrícia Felício
Pedro Figueiredo
Raquel Azevedo
Tatiana Moutinho

Depósito Legal
441931/18

Encomenda em preparação... 10 min... 5 min... Entregue

texto de Raquel Azevedo
ilustração de Bernardo Matta



Estafetas da UberEats, da Glovo, da Bolt... fazem distribuição de comida um pouco por todo o país, tendo começado, sobretudo, nas grandes cidades.

Chamam-lhes empreendedores ou empresários por conta própria, maneira de dizer trabalho precário, em que a mão de obra na sua maioria é imigrante. Estes/as trabalhadores/as, na sua maioria, desconhecem as leis, pois encontram-se indocumentados ou à espera de reconhecimento legal. Para além de, em muitos dos casos, terem de lidar com a barreira da língua, estão em posição de grande fragilidade, num cenário em que o capitalismo lhes chama "Empreendedores do Futuro". Trabalham 10 a 12 horas diárias, em muitos casos 7 dias por semana ou sem um dia de folga.

Pelo facto de a maioria ter de trabalhar para interlocutores ou intermediários das plataformas digitais, desconhecem para quem trabalham diretamente. Vivem sem direitos e sem proteção social, ainda que durante a pandemia tenha sido um sector da chamada "linha da frente", de quem muitas vezes nos esquecemos. Enquanto nos protegiamos em casa andavam na rua, a trazer-nos as refeições a casa, muitas vezes sem os equipamentos de proteção sanitária mais básicos. Na ausência de qualquer proteção laboral e social, quando a pandemia começou muitos ficaram sem saber o que esperar e entregues ao que pudesse acontecer.

Por outro lado, muitas perderam o trabalho na sequência da crise agravada pela pandemia e tiveram de recorrer ao setor das plataformas digitais, que rapidamente se tornou num recurso expedito para "ganhar uns trocos". Para se tornar estafeta de plataforma não é preciso CV, nem carta de motivação, nem entrevista de trabalho. Nada. Apenas é necessário um registo, ou alguém que possa alugar uma conta. Assim funciona, no geral, o que se designa por "novas formas de trabalho", eufemismo para "novas formas de escravatura laboral".

O crescimento deste setor tem sido acentuado, sendo que na primeira fase da pandemia o número de distribuições aumentou 30%, sobretudo aos fins de semana. Mas a realidade é que quem tira proveito sem escrúpulos é um rosto invisível, escondido atrás duma aplicação, habitando um algoritmo que se vai adaptando ao mercado e que, de forma aleatória, gere em Portugal um número indeterminado de trabalhadores/as.

A expansão para outras cidades, aliada ao aumento de pessoas que se viram empurradas de "outras precariedades" para "esta nova forma de ser precário", trouxe uma nova forma de olhar para o setor das plataformas, colocando a nu o que pairava sobre a calçada das diferentes ruas do país e que, pela estrutura e conceito de emprego, era considerado como algo passageiro.

Mas a transformação digital tem-se tornado, cada vez mais, uma realidade. Por um lado, temos os trabalhadores TVDE, a ferro e fogo à conta da "lei Uber" e a organizarem-se em sindicatos como o STRUP. Por outro, os estafetas tentam a aproximação a sindicatos da hotelaria e restauração de Norte a Sul do país, ainda que sem grande sucesso. Mesmo sem verem os seus direitos contemplados nem terem direito à proteção social que lhes é devida, vítimas de todos os abusos, estas pessoas continuam a pé, de moto, de trotinete, de bicicleta ou de carro, a correr porta a porta, de casa em casa.

Desde o início de 2021 que, internacionalmente, se têm registado avanços, nomeadamente ao nível da organização de movimento e conhecimento sobre este setor. Por exemplo, no Estado Espanhol, a luta e organização destes trabalhadores levou o governo a avançar em questões importantes para a garantia de direitos laborais. Em Portugal, o Bloco de Esquerda também colocou o tema em cima da mesa, pressionando o governo para este debate e para a urgência de se avançar. Apesar de algumas tentativas de organização, que chegaram a incluir protestos de rua, a organização neste setor é ainda incipiente.

Existe ainda um desconhecimento generalizado sobre as condições laborais a que estão sujeitas estes /as trabalhadores/as - até pela flexibilidade e volatilidade do setor - , mas uma coisa é certa: sabemos que precisam e têm o direito a trabalho digno e com proteção, como todos/as.

Socialismo ou liberdade? A nova cruzada da direita contra o debate das ideias.

texto de Adriano Campos

"O Bloco perdeu a ingenuidade, que nunca teve, e deixou de ter vergonha. Sendo que a falta de vergonha, também chamada demagogia e populismo baratos, sempre foi um dos seus maiores problemas. Não sou o primeiro a dizê-lo, não serei seguramente o último a senti-lo: partidos como o Bloco são tão perigosos para o futuro da democracia continental como os mais radicais dos movimentos nacionalistas de Direita" (Jornal de Notícias, 5 de setembro, 2018).

Três anos após ter escrito estas singelas palavras, Nuno Botelho viu as suas empresas alvo de buscas pelo DCIAP e pela Polícia Judiciária. No centro das suspeitas, um esquema de corrupção e branqueamento de capitais através do financiamento público à empresa Essência do Vinho. Proprietário da empresa e sucessor de Rui Moreira à frente da Associação Comercial do Porto, Botelho teria usado a sua influência como dirigente associativo para, digamos, perder a ingenuidade que nunca teve.

Desviemos, por agora, o foco da ficha criminal desta personagem menor da galáxia direita para atentar ao argumento utilizado. O Bloco de Esquerda é um partido perigoso para o futuro da democracia continental e nisso estaria em pé de igualdade com os mais perigosos partidos da extrema-direita. A tentativa de equiparação entre um programa de emancipação social e redistribuição económica (esquerda) e um projeto de ódio aos mais pobres, aos imigrantes e às mulheres (extrema-direita) é uma das cartadas mais batidas e gastas, em várias as partes do globo e em diversas épocas, por parte dos guardiões do regime da alternância ao centro. Na política portuguesa, essa mistificação assumiu desde pretensas regras de Estado, como é caso do famoso "arco da governação" (que excluía Bloco e PCP) até a uma pífia tentativa de colar ao Bloco o epíteto de "extrema-esquerda". Os últimos anos trataram de confirmar a rejeição popular desse tipo de simplificações grosseiras, não que sem no horizonte se vislumbre um apressado realinhamento de armas à direita.

Vai para Cuba, onde os bolcheviques mataram milhões e a tia do Louçã tem um cofre secreto.

Já o sabíamos, o trumpismo e a sua técnica da bufonaria veio para ficar. Sem olhar a meios ou aos limites da decência no combate político. O despropósito, a mentira, a trapaça, a boataria, tudo vale para a detração dos adversários e a fanatização dos seus seguidores. Como bem tratou Márcia Tiburi, esta forma de autoritarismo pressupõe um empobrecimento extremo dos atos e da leitura política, abrindo caminho à aniquilação do debate das ideias. Se vale dizer que determinado partido é financiado pela Venezuela, ou que o fulano deputado tem um passado obscuro, sem provas, sem contraditório, o que os impede de dar um passo em frente?
"Socialismo nunca mais" foi o brado de Ventura no parlamento a um país que lhe responde "fascismo nunca mais". Mas os berros e a encenação não escondem um projeto, minoritário na sociedade, de restituição de privilégios simbólicos, económicos e sociais. O messianismo autoritário da extrema-direita carrega consigo a promessa de vingança sobre os grupos e classes que ameaçam o vwelho normal. O racismo, a misoginia, a discriminação sexual, o preconceito cultural apresentam-se como armas para a banalização do ataque aos direitos e à democracia. Nesse caminho, vilipendiar os representantes de uma esquerda que combate a desigualdade pela afirmação dos direitos universais é a via mais curta para envenenar o debate público e criar fantasmas políticos.

Estamos aqui, estamos aqui, olhem para nós!

Nem todas as direitas chafurdam na lama da difamação à primeira oportunidade. A criação de fake news e do engodo primário não bastam a públicos mais refinados. O exemplo da Iniciativa Liberal em Portugal ilustra a diferença. A técnica do alarme permanente é bem conhecida. Reparem em nós que estamos aqui para criar polémica. De uma proposta impraticável (taxa única de IRS) a um arraial em plena pandemia é um instante e cumpre-se o objetivo, ocupar o espaço, custe o que custar. No que toca à mistificação política, a Iniciativa Liberal prefere, todavia, o recurso à reescrita da história e às campanhas de polarização.

A campanha contra o "Socialismo", desenhada nos cartazes e entoada pela bolha liberal concentra três mitos que servem à algazarra eleitoral. O primeiro unifica o espaço à esquerda do PSD como uma amálgama de atrasos históricos, onde o clientelismo de Estado impera e o sucesso individual está atado pela corrupção e pelo patrimonialismo lusitano. O segundo trata de diabolizar as funções sociais e económicas do Estado e endeusar o mercado como espaço supremo de organização da sociedade, reduzindo o leque das escolhas entre um autoritarismo estatal asfixiante e um paraíso liberal sem impostos ao virar da esquina. Por fim, temos a releitura caricatural dos problemas presentes a partir de "tragédias" políticas do passado, varrendo a complexidade da história para debaixo do tapete. Março de 1975 e outubro de 1917 são as datas do pecado original, no qual se conceberam todos os males e todos os horrores, restando aos liberais louvar os justiceiros, seja o Jaime Neves na bruma de novembro ou o capitalismo na saga do século contra o pesadelo estalinista.

Em todos estes mitos reside uma tentativa de fechamento de pensamento e um esvaziamento de sentido. Dissipam-se diferenças programáticas de fundo entre os partidos, manipulam-se estatísticas para torcer os argumentos em favor do mercado, apaga-se a heterogeneidade do campo que lutou pela emancipação histórica. Socialismo ou Liberdade torna-se, assim, o chamado liberal na era do individualismo extremo, onde as práticas coletivas da entreajuda e da solidariedade não têm lugar, posto que a sacralização da via individual para o sucesso não contempla outros caminhos.

O negacionismo discreto da direita bem comportada.

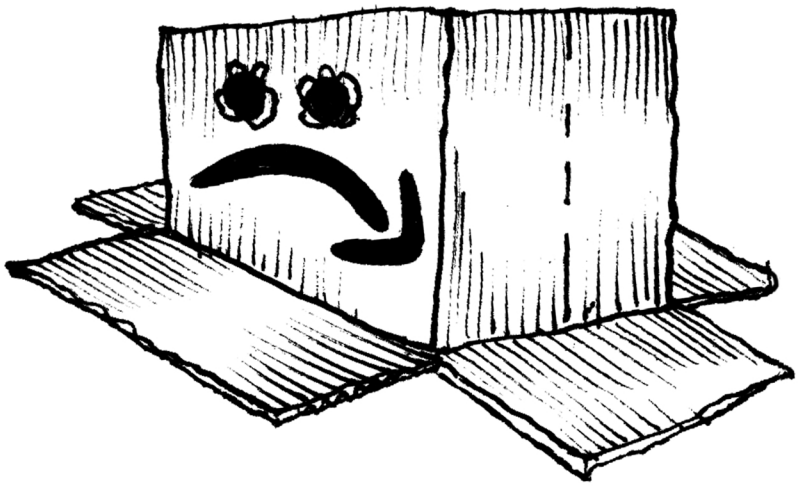
Socialismo ou Liberdade. O grito eleitoral que levou Isabel Díaz Ayuso à presidência da Comunidade de Madrid ecoou na campanha de Carlos Moedas em Lisboa. Mesmo que em clima mais ameno, Moedas tratou de transpor a nova fórmula, alertando para "o regime socialista" que anestesia as pessoas, merecendo o entusiasmo e o apoio do CDS a um presidente que pode "libertar os lisboetas do socialismo". O desgaste da pandemia e a má gestão da crise, nomeadamente na fragilidade das respostas de emergência em sectores particularmente afetados (turismo, restauração, cultura) criaram uma fadiga social em camadas significativas da população, permitindo à direita flertar com a ideia do alívio das restrições. Assim foi em Madrid, assim se conseguiu em Lisboa. Novos tempos, Socialismo ou Liberdade.

Há, todavia, uma linha mais dissimulada de negacionismo discreto que se fez notar na campanha de Moedas. A guerrilha da direita contra as ciclovias, que nada mais é que uma defesa do automóvel, tornou-se um ensaio para a displicência política no que toca à emergência climática. Dar carta branca a um comportamento individual nocivo, cujos impactos são coletivos, torna-se no elogio a uma pretensa liberdade que se sobrepõe às consequências, nomeadamente ao seu impacto climático. Na direita bem comportada, a transição energética e o combate às alterações climáticas servem para nomear pelouros, desde que não ataquem a raiz dos problemas.

Em todas as suas variações e declinações, a direita perdeu a ingenuidade e encontrou o seu lema. Socialismo ou Liberdade é o seu grito de guerra na nova cruzada contra o debate das ideias. Entender isto é compreender que diferentes serão os instrumentos e as escolhas organizativas à esquerda neste combate.

Amazon, poder sindical e a #Striketober

texto de Gonçalo Pessa
ilustração de João Alves



Um espectro ronda os Estados Unidos – o espectro da greve. O poder patronal tem-se aliado para o exorcizar. Contas feitas dá empate: o sindicalismo está a crescer, mas continua diminuto.

Nos últimos meses tem-se assistido a um crescimento notável da atividade sindical nos EUA. 2018 e 2019 já tinham sido anos em que o número de trabalhadores em greve atingiu níveis que não se viam desde os anos 80. Este ano o poder do trabalho continua a aumentar, tendo havido já 1000 greves, piquetes e manifestações de trabalhadores desde o início do ano, segundo o Labor Action tracker.

De entre estas manifestações de trabalhadores, a que ganhou mais notoriedade nacional foi a dos trabalhadores dos armazéns da Amazon. Ainda durante a primavera em Bessemer, Alabama, estes trabalhadores procuraram ganhar representação sindical nos armazéns em que trabalham. Nos EUA, para que trabalhadores sejam representados por um sindicato em processos de negociação coletiva com um empregador, têm primeiro de ter eleições organizadas pelo National Labor Relations Board. Se conseguirem cumprir os requisitos para que haja eleições, e houver uma maioria simples de trabalhadores que vote a favor da representação sindical, a lei determina que os empregadores têm de negociar em "boa fé" com o sindicato. Foi este processo que os trabalhadores da Amazon protagonizaram em Bessemer.

A Amazon é conhecida por ser má empregadora e lidar mal com o sindicalismo. Num extenso artigo para o New York Times, David Streittfel documenta despedimentos de sindicalistas, contratação de ex-agentes do FBI para vigiar funcionários, ameaças. Em Bessemer, a Amazon foi longe ao ponto de usar o seu poder de influência sobre as autoridades locais e conseguir aumentar o período de tempo em que os semáforos, à saída dos seus armazéns, estavam no verde. Isto para poderem esvaziar os parques de estacionamento mais rapidamente e reduzir o tempo de contacto entre trabalhadores e campanha sindical.

A campanha de repressão sindical da Amazon foi feia ao ponto de o Presidente Biden intervir. Fê-lo através de um vídeo publicado pela Casa Branca no Youtube, com a legenda "Trabalhadores no Alabama - e em todos os EUA – estão a votar sobre se pretendem organizar um sindicato nos seus locais de trabalho. É uma escolha de importância maior, uma escolha que deve ser feita sem intimidações ou ameaças dos patrões". Nesse vídeo, Biden encoraja os trabalhadores a sindicalizarem-se, sublinhando a vontade da sua administração em apoiar a organização destes sindicatos. Biden parece não ir além da declaração de intenções, mas não deixam de ser declarações surpreendentes para a figura maior de um estado que montou uma guerra aos sindicatos desde a época de Reagan.

Apesar da derrota do movimento dos trabalhadores em março, no Alabama, o crescimento da força sindical não parou e culminou numa onda grevista em setembro e outubro deste ano. Esta onda grevista, apelidada de #striketober (aglutinação das palavras greve e outubro), tem trazido o poder da greve de volta ao ideário popular, recebendo apoio dos congressistas à esquerda e de personalidades da cultura pop. Em meados de outubro, 10 mil trabalhadores da empresa de tratores e produtos agrícolas John Deere entraram em greve no Illinois, Iowa e Kansas. Estes trabalhadores, que estão em greve pela primeira vez em 35 anos, fazem-no "por um salário que lhes permita uma vida decente, uma reforma digna e regras de trabalho justas", declarou em comunicado um dos sindicalistas envolvidos. Outros 24 mil trabalhadores da rede hospitalar Kaiser Permanente estão em greve desde no início do mês, assim como 1400 o estão na Kellog's. Também na indústria audiovisual de Hollywood 61 mil trabalhadores estiveram à beira da greve, evitada por concessões de última hora dos empregadores. A lista de greves em curso é longa e inclui mineiros, professores e operários fabris.

Parece, portanto, que os esforços de empregadores como a Amazon para esmagar o crescimento do sindicalismo não têm surtido efeito? Sim, e não. De facto, a atividade sindical tem crescido nos EUA e a onda de greves é dos factos políticos mais inspiradores dos últimos tempos. Mas continua tudo por fazer. Nos EUA apenas 1 em cada 10 trabalhadores é sindicalizado, das taxas de sindicalização mais baixas da OCDE. Falta, portanto, usar esta onda de entusiasmo sindical e grevista para organizar a classe trabalhadora em movimento sindical de massas. A resistência dos trabalhadores da Amazon é inspiradora, a #striketober diz-nos que o contexto orgânico é de avanços. Falta agora ao movimento laboral organizar os restantes 9 trabalhadores em cada 10.

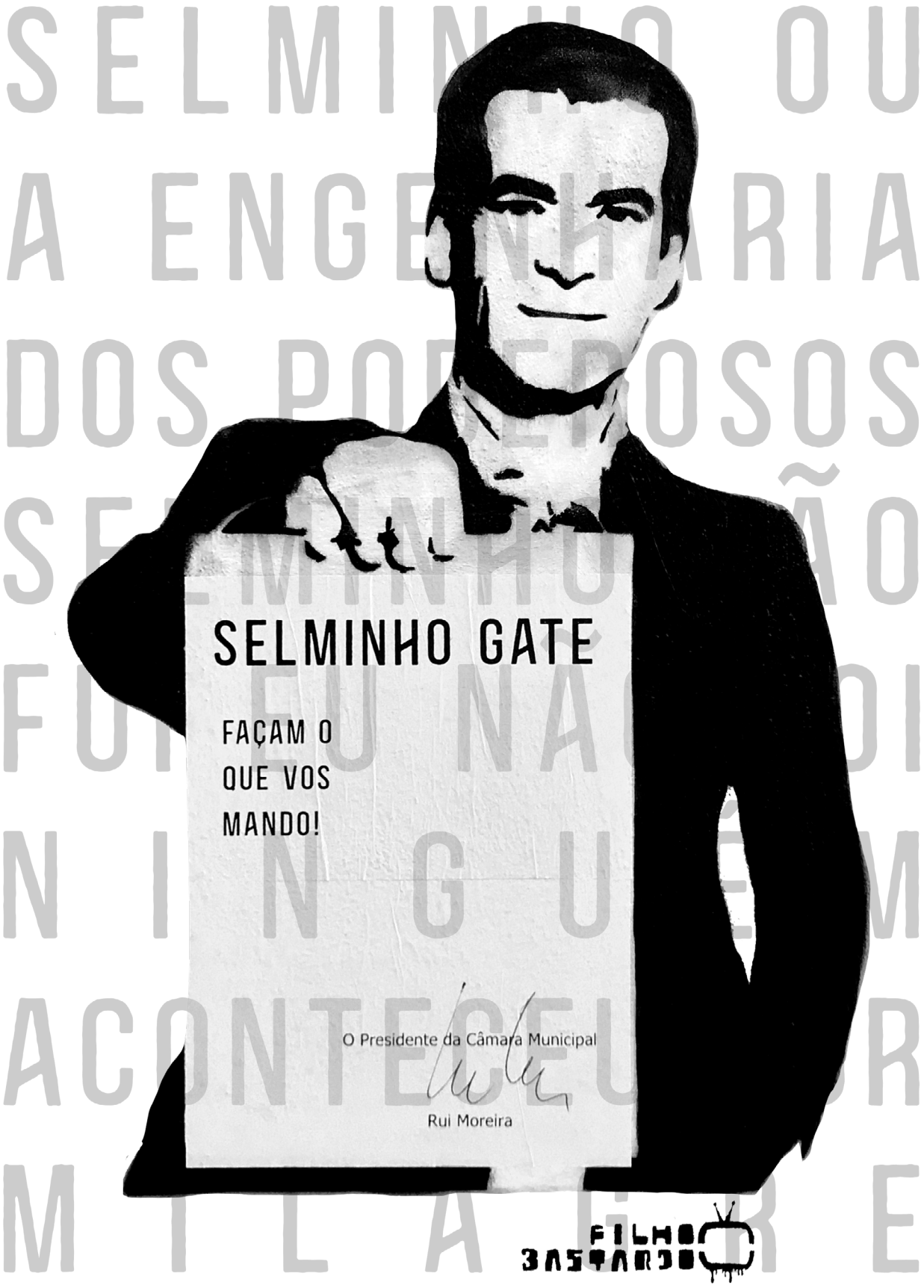


ilustração de Filho Bastardo

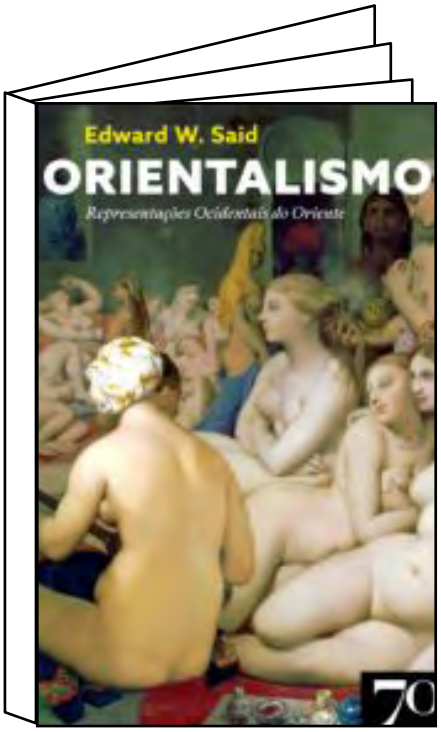
AMORES DE LESTE, de André Amálio e Tereza Havlíčková

Patrícia Felício e José Miguel Ricardo

Um moçambicano, uma angolana, uma alemã, uma checa, dois portugueses e uma portuguesa entram num palco. Podia ser o início de mais uma rúbrica da Bívora, mas trata-se da peça de teatro "Amores de Leste". Produzida pelo Hotel Europa Teatro, esta peça debruça-se sobre as histórias de vida reais de pessoas que viveram, estudaram ou trabalharam na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Num misto de real e ficção, desabafos biográficos e testemunhos gravados, acompanhamos o percurso de indivíduos ora nascidos e criados do outro lado do muro, ora jovens de Portugal ou de países africanos - como Angola, Moçambique e Cabo Verde - que viajavam para estes países com o objetivo de um dia retornarem às suas nações e construírem novas repúblicas livres e independentes. A peça oferece-nos um sabor agridoce face às contradições entre o paraíso prometido lá no socialismo e a realidade encontrada, como podemos testemunhar ao acompanhar as travessias dos atores pelas suas histórias, pelas histórias dos seus familiares ou de outras pessoas entrevistadas durante a fase de pesquisa e preparação do projeto.

Esta peça oferece-nos uma reflexão sobre a construção dos projetos socialistas do século XX e de como a cooperação e o imperialismo se entrecruzaram nas relações entre o bloco de leste e as novas repúblicas africanas, nas quais ainda se sente as repercussões deste período.

A peça estreou em Leipzig, no Festival Euro-scene, no dia 4 de novembro e estará em cena em Portugal de 10 a 12 de fevereiro de 2022 no Grande Auditório da Culturgest.



Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente
Edward W. Said

2021 | Edições 70
PVP: ± 26 Euros

Alda Sousa e Tatiana Moutinho

Edward W. Said (1935-2003) nasceu em Jerusalém (Palestina). Até ao mandato de partilha da Palestina pelas Nações Unidas (1947) viveu com a família entre o Cairo e a Palestina. Reconhecido defensor da causa palestiniana, exilou-se nos EUA em 1951 onde foi professor de Literatura Comparada na Universidade de Columbia (NY). "Orientalism", talvez a sua obra fundamental, foi publicado pela primeira vez em 1978 nos EUA, e é considerada fundadora dos estudos pós-coloniais. Traduzido em 36 línguas, "Orientalismo (Representações Ocidentais do Oriente)", que foi publicado pela primeira vez em Portugal pela Cotovia (2004), foi reeditado pelas Edições 70 com o título este ano.

Para Said, na base da disciplina que cunhou como "orientalismo" está a construção essencialista que a Europa ocidental faz do Oriente, e que se baseia, não em factos, mas numa construção em que as sociedades orientais são vistas como fundamentalmente semelhantes entre si e partilhando características que estão ausentes no "Ocidente". O Oriente é estranho, é exótico.

Diz Said: "(.) o orientalismo pode ser debatido e analisado como uma instituição corporativa que lida com o Oriente – que se relaciona com ele emitindo juízos, descrevendo-o, ensinando-o, governando-o: em suma, o orientalismo é um estilo ocidental para dominar, reestruturar e exercer autoridade sobre o Oriente". Deste modo, o Orientalismo, está intimamente ligado ao poder imperialista das sociedades que o produziram. Contudo, para Said, o Orientalismo não foi o produto do domínio colonial, mas precedeu-o e justificou-o.

O livro abriu as perspetivas do debate, criou diálogo, mas também controvérsia com marxistas (o sírio Sadiq Jalal al-Azm e, mais recentemente, Gilbert Achcar) pelo facto de Said considerar que há uma linhagem de pensamento Orientalista que vai de Ésquilo a Marx.

Num tempo de islamofobia galopante (e cada vez mais institucionalizada) e de xenofobia insidiosa nas velhas metrópoles imperialistas, esta obra constitui uma arma fundamental para o seu combate. A reedição e (re)leitura deste livro não poderia ser mais atual e pertinente.

A editora brasileira Boitempo Editorial acaba de lançar, no seu canal Youtube "TV Boitempo", uma série de vídeos com a filósofa feminista Sílvia Federici, sob o título "Ecologia, Feminismo e Marxismo Pós-Pandemia". Esta série de registos baseia-se no livro recente de Federici, O patriarcado do salário: notas sobre Marx, género e feminismo, e pode ser visualizada gratuitamente no referido canal.

De acordo com a notícia da Boitempo Editorial, O patriarcado do salário, base para os referidos vídeos, "traz ao leitor uma série de artigos que abordam a relação entre marxismo e feminismo do ponto de vista da reprodução social. Retomando diversas discussões presentes nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, a autora aponta como a exploração de trabalhos como o doméstico e o de cuidados, exercido pelas mulheres sem remuneração, teve e tem papel central na consolidação e na sustentação do sistema capitalista."
Mais pormenores sobre esta e outras iniciativas da Boitempo em:
blogdaboitempo.com.br

ilustração de Pedro Figueiredo

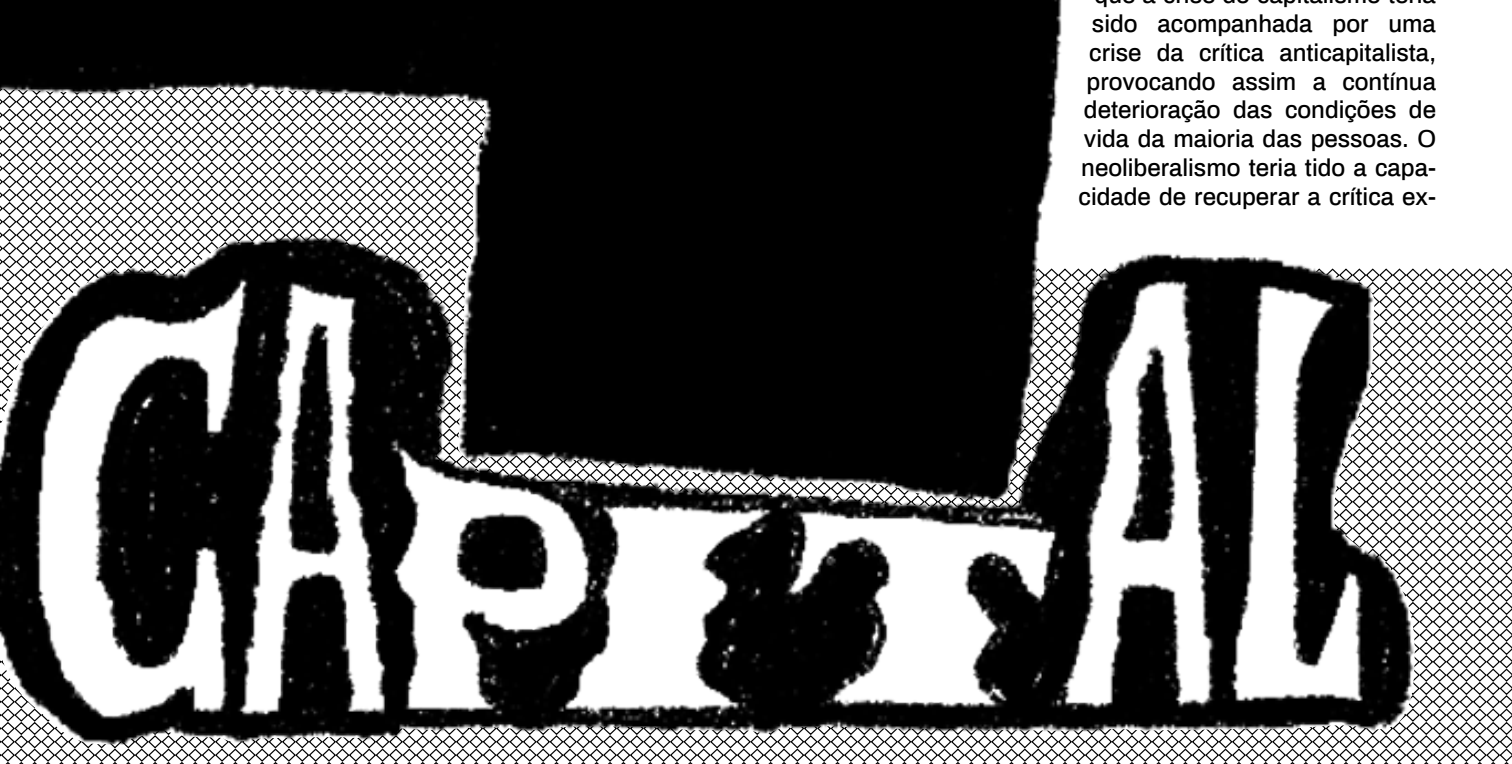
parte do governo português, durante a segunda vaga da pandemia, limitando a cobrança de taxas excessivas por parte das plataformas. Plataformas estas que, por sua vez, representam três perturbações distintas para uma sociedade organizada com base em direitos coletivos. A primeira é a fiscal, pois estamos perante empresas multinacionais que alcançam milhões em lucros e dividendos que escapam às malhas do sistema fiscal de capa país. A segunda é a do monopólio dos dados e tratamento da informação, uma vez que cada plataforma concentra um enorme volume de dados pessoais e empresariais, arrendando do acesso público, para efeitos das políticas públicas, essa mesma informação. Por fim, estas plataformas assentam na mobilização de milhares de trabalhadores que laboram de acordo com as regras pré-estabelecidas mas desprovidos de um vínculo laboral adequado quer às suas tarefas quer às relações de subordinação que, de facto, estabelecem com as plataformas.

A forma como se anuncia o recrutamento de estafetas por parte das plataformas faz um apelo diáfano ao empreendedorismo: "trabalha na hora que queres, sê o teu próprio chefe". Aqui, com efeito, a diluição da relação laboral parece ser mais intensa do que em outras formas atípicas de contratação, como o trabalho temporário ou falso trabalho independente. É a própria conceção de uma economia do biscate que impõe regras desde cima e que invoca um conceito de anulação das relações laborais, tomando as partes como iguais numa relação comercial ajustável ao sabor do mercado e da vontade individual. Na realidade, as condições objetivas de trabalho dos estafetas são pautadas pela ausência de proteção e segurança no trabalho, por uma concorrência de todos contra todos na adjudicação das "viagens" e pela inexistência de direitos laborais, mesmo que trabalhem em exclusivo para a plataforma, ou que dela dependa a maior parte do rendimento. A expectativa da autonomia e da livre gestão dos ganhos, que certamente atrai uma parte considerável dos estafetas, rapidamente embate na subjugação da concorrência sem regras e de rendimentos que diminuem à medida da maior oferta, tornando esta figura um dos exemplos do contraste entre a narrativa encantatória da autonomia e a realidade coerciva do despotismo da "livre concorrência" e da ausência de proteção coletiva.

O espírito empreendedor

Todas estas transformações na tessitura social e económica, em Portugal e no resto do globo, têm sido propagadas e legitimadas pela narrativa hegemónica do neoliberalismo que se tem vindo a intensificar e a expandir por toda a parte, como já referido, recorrendo muitas vezes ao elogio do "empreendedorismo".

No início do século XIX, Max Weber afirmava que o espírito do capitalismo resultou da confluência de transformações profundas em diversas dimensões da vida social. A secularização e a racionalização, segundo o autor, não seriam causas suficientes para a ascensão do modo de produção moderno, uma vez demonstrada a relação desta com a espiritualidade e a ética protestante. Cerca de cem anos depois, Luc Boltanski e Ève Chiapello referir-se-iam a um "novo espírito do capitalismo", defendendo que a crise do capitalismo teria sido acompanhada por uma crise da crítica anticapitalista, provocando assim a contínua deterioração das condições de vida da maioria das pessoas. O neoliberalismo teria tido a capacidade de recuperar a crítica ex-



pressiva (crítica do capitalismo enquanto fonte de alienação da vida quotidiana, da restrição da autonomia, de limitação da criatividade), incorporando de forma distorcida as ideias de liberdade e de autonomia, e neutralizando a crítica social (ao capitalismo enquanto modo de exploração).

Esta transformação de um tipo de capitalismo "tradicional" para um tipo de capitalismo desorganizado, no qual, entre outras coisas, o trabalho se precariza e se desarticulam as suas instituições, é também um processo de expansão ilimitada da mercantilização de todos os aspetos da vida, no qual se aproximam "de uma forma radical e até inédita, cultura e economia". Não se trata apenas de um reavivamento dos ideais económicos do liberalismo, mas também da consagração de novos ideais. Os princípios da concorrência, a responsabilidade individual e o espírito de empresa passam a estruturar toda a vida social, promovendo um "homem novo", construído a partir do cálculo económico e da relação mercantil. Assim, a narrativa do empreendedorismo parece invadir todas as dimensões da sociedade, apresentando-se não como uma ideologia, uma forma de ver as coisas, mas sim como uma ideia generosa e evidente face à crise generalizada do emprego. Segundo esta narrativa, o espírito empreendedor apresenta-se como a resposta aos problemas que a própria lógica neoliberal exacerba: a crise do emprego, a flexibilização das relações laborais e a precarização contínua das condições de vida e de trabalho de uma grande parte da população.

A conformação de subjetividades capitalistas

A subjetividade neoliberal parece assim incorporar o "espírito empreendedor" como uma síntese de características psicológicas que incluem um certo estilo de liderança, de motivação para a realização, a capacidade de iniciativa, de inovação, de independência, de criatividade, uma forma particular de sensibilidade, agressividade e confiança. Este "homem novo" neoliberal é então uma espécie de "super-homem", agraciado com um conjunto de disposições e capacidades, no qual se exacerba a "heroicidade" de cada indivíduo na aventura da sua vida e se descartam todos os atores coletivos que fazem também parte das nossas identidades. Esta narrativa, como qualquer discurso de legitimação moral, estabelece um quadro simbólico que é parte e palco, respetivamente, da produção e da transformação das regras e de outros recursos estruturais, tendo assim impacto na construção da identidade e do nosso "modo de ser", impregnando-se nas organizações, sedimentando e cristalizando as novas regras do jogo e institucionalizando o discurso individualista que se propaga por todas as esferas sociais.

Uma das características deste novo espírito capitalista é a ideia de que a acentuação da individualidade de cada um leva a uma maior heterogeneidade de "modos de ser" e que isso conduz a uma maior diferenciação social. "Empreendedor" aparece-nos, pois, como significante de uma população heterogénea, é uma categoria taxonómica que tenta agrupar na mesma mitologia indivíduos com trajetos e condições de vida, capitais económicos e culturais, planos e oportunidades radicalmente diferentes. De facto, o que têm efetivamente em comum um empreendedor de Silicon Valley e um emprecário periférico que faz entrega de comidas? Um recém graduado prorpietário de uma start-up e um "empresário por contra de outrém" das plataformas? Muito pouco, certamente. E no entanto, este discurso que visa "promover o empreendedorismo", e que acaba muitas vezes por ocultar esta heterogeneidade e as dimensões mais precárias do fenómeno, não cessa de penetrar, de forma insidiosa, em todas as áreas da vida social.

O facto é que o discurso neoliberal tem-se instalado no campo pedagógico e nas instituições de ensino, quer nos curricula quer nos modos de funcionamento e de organização institucional. Ao mesmo tempo que, no campo do emprego, se assiste à remercantilização, à descoletivização e à reindividualização do trabalho, no campo educativo assiste-se a uma lógica crescentemente gestionária e a uma reabilitação do discurso meritocrático, no qual o empreendedorismo ocupa um lugar referencial na apologia da corrida individual para o sucesso. A inculcação de uma visão do mundo como espaço mercantilizado e hipercompetitivo, onde apenas os "vencedores" dominam o topo da hierarquia social, está presente em todos os ciclos de ensino, e, não por acaso, acaba por encontrar-se também de forma intensa nos programas de ocupação dos desempregados. Em todos esses campos, soma-se à dimensão económica um programa, mais ou menos consciente, de conformação da subjetividade aos princípios neoliberais.

O espírito do empreendedorismo parece, cada vez mais, a alma possível do capitalismo em crise, carregando consigo não tanto uma promessa de libertação, mas o anúncio presente de um mundo distópico, empobrecido, em que a competição, o despotismo do mercado e o totalitarismo financeiro ameaçam todas as dimensões da vida. Conhecer essa promessa, as suas perversidades e os seus profetas pode ser um primeiro passo para combatermos a sua plena realização.

Epígrafe

"A tua vontade,
justiça, igualdade
Não chega aqui dentro de casa
Eu só te sirvo para a maré vaza
Mas eu já sinto a minha maré
cheia a subir

Meus olhos cansados
abrem-se espantados
Pra vida de que me falavas
Pra combater contra
os donos de escravas
Meus olhos verdes
Que te vão falar e que
tu vais ouvir

Mariazinha fui,
em Marta me tornei
Sei aquilo que fui
e que jamais serei"

José Mário Branco

O estranho caso das fábricas de unicórnios

texto de
Adriano Campos
José Miguel Ricardo
José Soeiro

ilustração Atelier Populaire, Maio 1968

As fábricas de unicórnios são já figuras típicas do empreendedorismo do nosso tempo, dos seus encantos, das suas contradições, das suas falácias e das ocultações produzidas pelo discurso dominante. E no entanto, por detrás da retórica do empreendedorismo e da dissolução das inscrições coletivas, seja no campo social seja no campo da economia, estaremos a caminhar de facto para essa utopia liberal de um capitalismo só com empresas e sem trabalhadores?

Em Portugal existiam, de acordo com os últimos dados disponíveis do Inquérito ao Emprego, mais de meio milhão (551,5 mil) de "trabalhadores por conta própria como isolados", isto é, trabalhadores inscritos como "independentes", sem outros a seu cargo. Destes, de acordo com a Autoridade Tributária, 315 mil eram exclusivamente "trabalhadores a recibo verde", isto é, não acumulavam rendimentos de trabalho independente com outros provenientes de trabalho subordinado. Embora seja um facto que, nesta categoria, se incluem profissionais liberais com rendimentos acima da média e um elevado reconhecimento social e simbólico (alguns médicos, por exemplo), a realidade aponta para uma sobreposição importante entre o enquadramento como "trabalhador independente" (apresentado por uma certa retórica empreendedora como paradigma de libertação relativamente ao poder patronal e às estruturas burocráticas) e o risco de pobreza. O rendimento médio disponível dos trabalhadores inde-

pendentes é claramente inferior ao dos trabalhadores por conta de outrem e a taxa de risco de pobreza muito superior: 7,7% para os trabalhadores por conta de outrem, contra 25,8% para os trabalhadores independentes. Ou seja, ser "trabalhador independente" é, em grande medida, uma condenação à pobreza. A associação entre o "recibo verde", a precariedade e a desproteção ficou aliás exposta com os apoios extraordinários criados para responder à pandemia: no ano de 2020, foram cerca de 200 mil os trabalhadores independentes que tiveram de recorrer a estes apoios, cujo valor médio mensal se situou, de resto, bem aquém do limiar de pobreza.

Esta proliferação de empresas não acontece de igual modo em todos os setores. No setor cultural e criativo, por exemplo, existiam, em 2018, 62.701 empresas. Para quantos trabalhadores? 132 mil, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Num setor que abrange a arquitetura, os arquivos, as artes performativas e visuais, o artesanato, o audiovisual, as bibliotecas, a edição de livros, a publicidade e o património, temos cerca de uma empresa por cada duas pessoas empregadas. Mas se escavarmos um pouco mais as estatísticas, percebemos que também nesta categoria há realidades heterogéneas. Na área da rádio e televisão, temos uma média de 10 trabalhadores por empresa, já se atendermos apenas às "atividades das artes do espetáculo" (onde se inclui a produção e apresentação de espetáculos de teatro, circo, música, dança e ópera) há um total de 16.795 empresas nas quais trabalham 18.101 pessoas. Ou seja, temos sensivelmente uma pessoa por empresa. Ou, se preferirmos, uma empresa por pessoa.

A realidade das "empresas sem trabalhadores" não é, porventura, tão reconhecida como a dos "trabalhadores independentes". Mas não tenhamos dúvidas de que, sob uma narrativa de legitimação que recorre muitas vezes ao elogio do "empreendedorismo", é também uma das vias mais importantes do atual processo de precarização do trabalho. É, além disso, uma modalidade particularmente eficaz daquele processo, na medida em que desinscreve os trabalhadores das formas de regulação, de representação coletiva e de proteção social que permitiram, justamente, transformar o trabalho em emprego, isto é, torná-lo uma plataforma de acesso a direitos sociais. A multiplicação desta espécie de "empresários por conta de outrém" é, assim, a expressão de uma criatividade económica e de uma hibridez de estatutos laborais que está efetivamente instalada, mas que corresponde também a um paradoxo jurídico e a uma perversão política, com consequências importantes na instalação do "disemprego" e da precariedade como uma espécie de "novo normal".

Isto é, estamos sobretudo, segundo nos parece, perante um amplo e profundo movimento de "deslaboralização", através do qual milhares de relações de trabalho deixaram de ser enquadradas pelo direito laboral e passam a sê-lo pelo direito dos negócios, com todas as consequências em termos do modelo de regulação do emprego e de proteção social. Esse movimento, que tem empurrado para a condição de "empresários de si próprios" milhares de pessoas, transformando-os em "precários-empresa" e subtraindo-lhes os direitos associados a um contrato, não parece decorrer necessariamente de uma ausência de relação laboral, mas antes assentar numa estratégia de (des)regulação que concorre para a consolidação de um regime de "disemprego", no qual para uma parte significativa da classe trabalhadora resta apenas esse tipo de "trabalho que pode haver mesmo quando não há emprego".

Precários "cinco estrelas"

As promessas da chamada "gig economy" materializaram-se nas nossas vidas a uma velocidade surpreendente. A pandemia da Covid-19 e os efeitos da reclusão fizeram disparar os serviços ao domicílio, nomeadamente das chamadas plataformas de entrega de refeições. Na sua apresentação oficial, este negócio surge como um modelo onde todos ganham à partida. Empresas como a Glovo, a Uber Eats ou a Deliveroo constituem uma plataforma onde os restaurantes podem partilhar os seus menus e assim chegar a mais clientes, pagando uma taxa por esse serviço. Os clientes podem aceder a partir dos seus telemóveis, sem sair das suas casas, à oferta gastronómica inscrita na plataforma e receber os pedidos de forma rápida e sem complicações, pagando uma taxa por esse serviço. Os estafetas levam a comida às casas das pessoas, recebendo uma comissão por esse serviço. É o que Diogo Aires Conceição, o General Manager da Uber Eats, chama de um "ecossistema" que "só funciona se for benéfico para todas as partes, para nós, para os restaurantes, para o parceiro de entrega e para o consumidor final".

Esta apologia de uma nova "economia da partilha" radica, todavia, numa velha visão liberal da liberdade dos agentes e da mão invisível do mercado na regulação das relações sociais. Contudo, se atentarmos aos problemas que se levantam neste "ecossistema", facilmente compreendermos o quanto ela é falaciosa. Em primeiro lugar, os restaurantes estão longe de ter a capacidade de ditar as regras do acesso ao serviço, o que levou inclusivamente à intervenção por

A reconversão do Natal até à sua extinção nos moldes atuais (all we want for christmas is)

texto de Mafalda Araujo
ilustração de José Torres

Quando combinámos escrever este texto, o outubro ia morno e a época sobre a qual nos era proposto fazê-lo parecia estar bem numa outra ponta, a leste, do calendário. Reuníamo-nos na V Conferência da Rede Anticapitalista, onde — entre outras intervenções que marcaram as linhas orientadoras para a ação dentro e fora do Bloco — se salientou a urgência de uma praxis feminista, a transversalidade dos cuidados e a mobilização em torno de uma campanha que defina direito ao cuidado, cuidar com direitos. Vamos precisar de ti que lês este texto, que te chega quando finalmente, mais do que nas luzes em ruas e rotundas, as festividades de dezembro já se tinham acendido semanas antes na mente daquelas para quem tanto quotidiano como festa são sinónimos de trabalho.

Esquematicamente, os eventos familiares significam rituais de cuidados recrutadores, de forma discriminada e discriminatória, de mão-de-obra para a sua preparação, realização e desfecho. São tantas as mulheres a quem cabe a missão de organizar a noite de Consoada, o dia de Natal, passando pelo reveillón e os Reis, que **"é da sua dor que se sustenta Deus", como escrevia Raúl Brandão, mas também patriarcado e capitalismo.** É nesta estreita articulação triangular que lá se tem vindo a produzir algum sentido para tudo isto.

Mas a **articulação nociva destes sistemas tem vindo a produzir uma crise de cuidados que é sintomática do que estruturalmente está mal** e que se acentua por esta altura (mas que está bem para lá das épocas festivas), e do que não pode responder às nossas necessidades — físicas, afetivas e sociais. Por este andar, demoraríamos muitas dezenas de anos até conseguir uma divisão equitativa deste trabalho. Não queremos nem podemos esperar tanto tempo. Por isso, para cumprirmos um programa de justiça do ponto de vista interseccional (juntando género, classe, raça ou etnia), o eixo patriarcado/capitalismo, que de forma peculiar prospera nos países predominantemente católicos da Europa do Sul, terão de ser ultrapassados.

As estatísticas como as que são reveladas pelo Inquérito aos Usos do Tempo, publicado em 2016, dizem-nos que as mulheres gastam em média 4 horas e 17 minutos de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) por dia. Para as mulheres com atividade profissional, o tempo médio dedicado ao trabalho não pago aumenta entre os 40 e os 53 minutos, ao sábado e ao domingo, havendo uma disparidade de género (isto é, um diferencial entre o tempo dispendido por elas e por eles) a seu desfavor até 2 horas e 31 minutos. Acresce dizer que, não havendo dados para mulheres racializadas, sabemos que são as mulheres com estudos entre o 2º ciclo e o ensino pós-secundário quem mais vê a sua jornada de trabalho não remunerado em casa a aumentar, sobretudo aos sábados, dispendendo cerca de 6 horas e meia do seu dia nessas tarefas.

*

São vários os autores a escrever contos ou poemas de Natal. Eça de Queirós, Ramalho de Ortigão, Mário de Sá Carneiro, Raúl Brandão. **Já sabemos: o homem sonha, a obra nasce. Mas se o homem sonha e a obra nasce, é porque há mulheres em fileiras ocupadas a cozinhar**: sonhos, filhos, filhoses, roupa velha e sopa seca, as coisas ingeridas também faúlham.

Lembrar do que faz falta à criançada, tomar nota e embrulhar desejos, planear o menú, ir às compras, manter a harmonia, saber relativizar e decorar a casa de paz, fazer tudo isto com sorriso de empatia; recriar junto à lareira, de onde virá um Pai Natal, uma magia; ser só imbuída do que se exige serem atos genuínos de amor ao próximo — tudo isso são concretizações de uma invisibilidade performatizada, ou melhor dizendo, uma lista de encargos que a naturalização da divisão do trabalho invisibiliza enquanto trabalho.

Natal significa fazer a lista do que a gente precisa de ter, o timing das coisas: para encomendar o peru, acautelar as couves - as batatas - os doces - os ovos - os frutos secos, comprar o cacete. Algumas coisas compram-se na semana anterior, mas escolher o bacalhau vem mais cedo (a primeira coisa que se costuma escolher). Uma série de tarefas que têm que ver com a decoração da casa, presentes que é preciso comprar: desencantar aquela toalha, compor um centrozinho de mesa.

Tem-se o cuidado de no dia xis pôr o bacalhau de molho (36h? 72?, depende da qualidade, da grossura...). No tempo da avó recebiam-se perus vivos em casa, que deixávamos vinte e quatro horas, quarenta e oito, em sal e limão.

Para fazer sonhos, que não é muito fácil fazer, a gente não tinha muito o hábito, a tia amélia é que fazia. Os sonhos são bons bem estaladiços, não podem ser molengos, faz-se uma calda, tenho várias receitas. É uma massa que leveda um bocadinho e depois tem de ir numa determinada temperatura para começar a inchar. Eles ficam um certo tempo – não demais –, depois aquela massa começa a 'oupar', a crescer em bolinha (quando te conto estas histórias sai-me sempre qualquer coisa, sobe-me a avó à boca). Fazer isto na véspera, véspera do dia de consoada, bem-entendido, e a batata palha no dia, feita à mão por todas nós, todas nós?, eu ou a avó, mais tarde a tia G. e a tia P.

Os homens?, lembro-me que estavam com as crianças, estavam por exemplo a entreter as tuas irmãs, a fazer a lareira, iam comprar queijo e pinhões, punham a mesa, preparavam o vinho, os preparativos de última hora, depois era trazê-los cá para cima. Se põem a mesa, tratam dos guardanapos, copos, os frutos secos. Não, não faziam nada na cozinha: vinham sempre perguntar se era preciso alguma coisa, mas era mais o perguntar do que propriamente o fazer.

Na peça da Sara Barros Leitão, o corpo-arquivo traz para cena o processo de sindicalização de uma parte desse trabalho — o trabalho doméstico, que coexiste com o trabalho do cuidado. Também são as mulheres quem trabalha em profissões essenciais à reprodução social mas as mais socialmente desvalorizadas e precárias, vistas que são enquanto extensão remunerada da sua essência feminina no lar. As educadoras de infância, as professoras, as auxiliares de apoio domiciliário ou em lares, é delas que um mundo mais empático ou solidário (que o espírito natalícia apregoa) depende todo o ano.

Embora tenha sido remunerado, os esforços de regulamentação do serviço doméstico não conseguiram ainda equiparar as suas trabalhadoras à generalidade dos outros trabalhadores e trabalhadoras. Em 1974, como agora, permaneciam à margem da Lei Geral do Trabalho. Queriam então a aprovação de uma regulamentação colectiva, que inscrevesse um número máximo de horas semanais (a demanda era de 48, na altura!) com descanso ao domingo, horas extra pagas em descanso, férias pagas de 30 dias, subsídios de natal e de desemprego, previdência igual às outras trabalhadoras, um ordenado mínimo. "Fazer uma lei não deve ser muito diferente de fazer um bolo", dizia a Sara, no Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa. "O que leva a lei?"

O programa era, como defenderam, reconverter a profissão até à sua extinção nos moldes atuais. Na mesma altura, no resto da Europa, alguns dos ingredientes do feminismo socialista passavam pela combinação de uma análise marxista das classes sociais com a análise da opressão das mulheres. Empregaram o conceito de patriarcado à leitura histórica do desenvolvimento das formas de organização das relações familiares, e à divisão sexual do trabalho. Importaram-se com a sua vertente não-remunerada, no contexto doméstico, e também com o prolongamento da subordinação e desvalorização do 'feminino' para o contexto da 'produção'.

*

Segundo Andrea D'Atri, num livro chamado Pão e Rosas, umas defenderam que a opressão das mulheres era fundacional e inerente a outras situações de desigualdade e de dominação (sustentando-as), sendo a classe uma delas. É que, de certo modo, o género faz a classe e a classe faz o género. Aliás, era possível, olhando a tia F., ver como se tecem estas malhas. Ela era a nora médica, a bem-viajada, bem-vestida, cultivada. A ela era-lhe dado um estatuto diferente do resto das mulheres da família; havia uma espécie de acordo implícito de que, quando debaixo do mesmo tecto, ela estaria socialmente posicionada mais próxima do poder masculino e dos seus rituais de convivialidade.

Para outras, a opressão resulta daquela relação (de desequilíbrio, de forças) que apenas surgia com a possibilidade de produção mais ou menos invisível, mais ou menos reconhecida, de uma mais-valia. Olhando para estes movimentos que se caracterizaram de segunda vaga, Nancy Fraser fala-nos do 'benefício da retrospectiva' e daquilo que designa como a 'astúcia' da história — podendo ser lida enquanto a 'habilidade' interpretativa com que esta nos equipa criticamente, mas também enquanto 'capacidade': a capacidade da história, que é também é uma capacidade produtiva. De silêncios e de ausências, como tem sido pela via de um poder narrativo masculino, como também de aprendizagem de uma história conta-hegemónica que ainda hoje estamos a conhecer e a escrever.

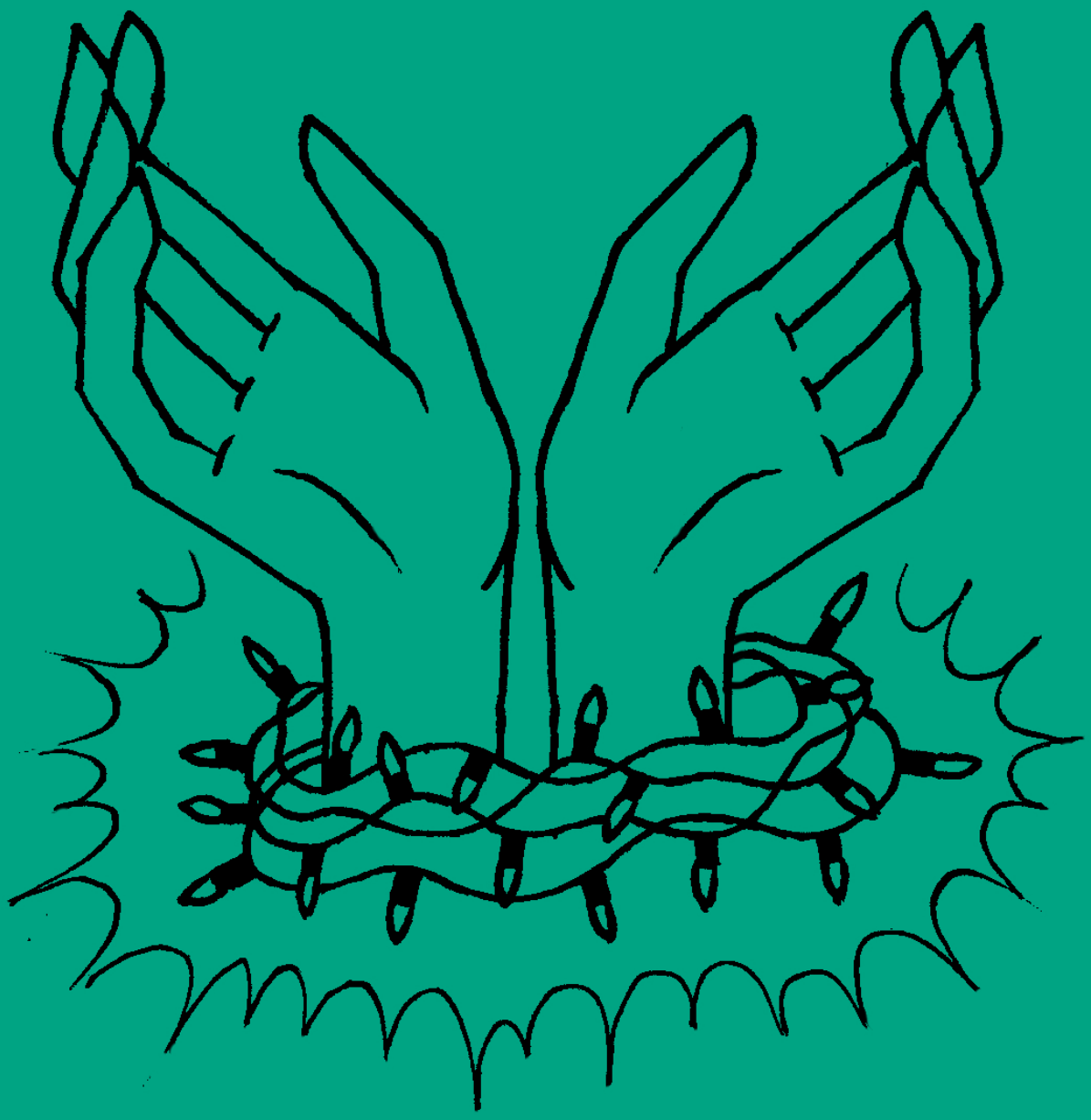
Mas o Natal é também sobre sonhos (que "são bons bem estaladiços, não podem ser molengos"), e curiosamente, como a história, é sobre futuros, manuais de ação. E a campanha que queremos é uma campanha assente em principais pilares essenciais para a justiça social: reconhecimento, redistribuição, representação. **Não cabe desenvolver aqui desenvolver pormenorizadamente como se concretizam esses três érres. É suficiente por agora dizer que as lutas por reconhecimento são lutas por uma redistribuição (e vice-versa), e que precisamos de afiar os dedos, aguçar o compromisso com quem represente ambas.**

Faz mesmo falta superar esta espécie de serviço de cuidados obrigatório que temos, ao qual foge quem tem possibilidades económicas para externalizar uma responsabilidade que foi dada como sua, e que na prática se aplica desproporcionalmente mais às mulheres do que aos homens. Faz mesmo falta reconhecer que as mulheres não podem continuar a ser a infraestrutura, a carne para canhão, um terceiro braço esquerdo do Estado — e reivindicar, como foi dito nesse encontro que nos juntou em outubro, a criação de um Serviço Nacional de Cuidados, a concretização da democracia de género e de licenças partilhadas (não apenas de pais e mães para filhes, mas de filhes para mães e pais), de um país onde trabalho de cuidado e o trabalho doméstico é feito com direitos.

Não se trata, então, de exigir o fim do natal. Mas queremos a sua reconversão, sim, a sua superação, até à extinção dos moldes que ainda hoje lhe conhecemos. Vamos à luta pois, em dois mil e vinte e dois!

dossiê

#45 SÉRIE II DEZEMBRO 2021



Precári@s do Natal